

## ATA Nº 17 – 17ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO (CONSUNI) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

Data: 31 de março de 2016

Local: Auditório – Campus Bagé

Horário: 8h30

**Presentes:** Marco Antonio Fontoura Hansen, Presidente do Conselho Universitário; Maurício Aires Vieira, Vice-Presidente do CONSUNI; os Diretores das Unidades: Gustavo Fuhr Santiago, Paulo Fernando Marques Filho, pelo Campus Bagé; Fernando Zocche; pelo Campus Itaqui, Cristiano Ricardo Jesse; Ana Cristina da Silva Rodrigues, Daniela Vanila Nakalski Benetti, Ronaldo Bernardino Colvero e Valdir Marcos Stefenon; a representante da Comissão Superior de Pesquisa: Marina Prigol; os Pró-Reitores: Evelton Machado Ferreira, Luís Hamilton Tarragô Pereira Júnior, César Augustus Techemayer, Maristela Cortez Sawitzki, Pró-reitora Adjunta de Graduação; Alessandro Gonçalves Girardi, Nádia Fátima dos Santos Bucco e Sandro Burgos Casado Teixeira; os Docentes: Adriana Gindri Salbego, Ana Paula Lüdtke Ferreira, Daiana Silva de Ávila, Débora Nayar Hoff, Edson Romário Monteiro Paniágua, Jefferson Marçal da Rocha, João Antônio Gomes Pereira, Marcus Vinícius Morini Querol, Nara Rejane Zamberlan dos Santos, Osmar Manoel Nunes, Patricia Schneider Severo, Rogério Rodrigues de Vargas, Sérgio Ivan dos Santos, Vicente Guilherme Lopes, Victor Paulo Kloeckner Pires; os Técnicos-Administrativos em Educação: Denis Jeferson Pereira Cobas, Jonatan Jean Silveira da Silva, Lúcia Irala Leitão, Milena Skolaude Carvalho e Thiago Eliandro de Oliveira Gomes. Convidado pela PROPLAN, o Administrador Rafael Sais.

Registrarmos as justificativas de ausências dos conselheiros: João Cleber de Andrade, Carmen Lia Fros, Vicente Majó da Maia, Aline Baladares, Ricardo Machado Ellensohn e Irina Lübeck.

### 1. Assunto: Posse dos novos Conselheiros

**Pró-reitora adjunta de Graduação:** Maristela Cortez Sawitzki; **Representação Docente:** Adriana Gindri Salbego, Ana Paula Lüdtke Ferreira, Daiana Silva de Ávila, Débora Nayar Hoff, Edson Romário Monteiro Paniágua, Jefferson Marçal da Rocha, João Antônio Gomes Pereira, Marcus Vinícius Morini Querol, Nara Rejane Zamberlan dos Santos, Osmar Manoel Nunes, Patricia Schneider Severo, Rogério Rodrigues de Vargas, Sérgio Ivan dos Santos, Vicente Guilherme Lopes e Victor Paulo Kloeckner Pires; **Representação Técnico-administrativa:** Denis Jeferson Pereira Cobas, Jonatan Jean Silveira da Silva, Lúcia Irala Leitão, Milena Skolaude Carvalho e Thiago Eliandro de Oliveira Gomes.

O Mestre de Cerimônias Eduardo Martinez passou a palavra ao Presidente do CONSUNI, Marco Hansen, que fez a abertura da cerimônia de posse dos novos Conselheiros biênio 2016/2017. Foi feita a leitura dos termos de posse e a chamada nominal dos conselheiros para assinatura dos referidos termos. O Vice-presidente do Conselho, Prof. Maurício Aires Vieira comunicou que cada conselheiro irá receber uma pasta com material necessário para as reuniões do CONSUNI, tais como glossário de termos recorrentes nos fóruns colegiados, regras de participação no Conselho, lista das

Resoluções publicadas, entre outros. O conselheiro também falou que não serão mais lidos os pareceres das Comissões nas plenárias antes das votações, sendo de responsabilidade dos conselheiros realizarem esta leitura antes da reunião. A conselheira Ana Paula Lüdtke Ferreira, representando os docentes, fez um convite a todos para pautar esta gestão do CONSUNI pela responsabilidade com os recursos da instituição, com foco na atividade-fim, e que se possa fazer um bom trabalho dentro das normas legais, agradeceu e desejou a todos um ótimo trabalho. O conselheiro Denis Cobas falou representando os TAE e desejou as boas vindas aos novos conselheiros e um bom trabalho a todos. O Presidente do Conselho, Prof. Marco Hansen fez a leitura das competências do CONSUNI, e falou que os conselheiros devem ficar atentos a estas competências para que as reuniões sejam mais dinâmicas e mais objetivas, no sentido de uma Universidade cada vez melhor.

## 2. Assunto: Relatório de Gestão 2015

**Processo** nº 23100.000631/2016-71. **Origem:** PROPLAN – Divisão de Planejamento

**Objeto:** Apreciação do Relatório de Gestão 2015. **Relatoria:** Luís Hamilton Tarragô Pereira Júnior e Rafael Sais. **Parecer do CONCUR:** Favoráveis ao encaminhamento do Relatório de Gestão 2015, mediante o pleno atendimento das providências demandadas pela AUDIN no item 5 do Relatório de Auditoria nº 01/2016. O Pró-reitor de Planejamento, Desenvolvimento e Avaliação, Luís Hamilton Tarragô Pereira Júnior fez comentários acerca da confecção do Relatório. Na sequência o Técnico-administrativo, Administrador Rafael Sais, responsável pela relatoria, apresentou o documento. A apresentação utilizada é parte integrante desta Ata. Ao final da leitura do parecer emitido pelo Conselho Curador manifestaram-se os conselheiros Ana Paula Ferreira, Jefferson Marçal da Rocha, Maristela Cortez Sawitzki, Maurício Aires Vieira e Paulo Fernando Marques Filho. A conselheira Ana Paula Ferreira elogiou o trabalho da AUDIN. Disse que a Auditoria levantou questões muito sérias, nem tanto na forma do Relatório, mas de conteúdo, com alguns apontamentos corroborados pelo CONCUR, de que algumas ações merecem sindicância e apuração de responsabilidades. Disse que vota pela aprovação do Relatório com as recomendações da AUDIN e do CONCUR. Disse, também, que várias tabelas necessitam de legendas. Quanto aos cursos de graduação comentou que o Curso de Letras, diurno, de Jaguarão aparece com sessenta vagas e esse curso já foi extinto e não aparece no Relatório. Disse que essas vagas precisam ser revistas. Também aparece a criação do Curso de Bacharelado em Libras que não aconteceu até dezembro enquanto ainda trabalhava na PROGRAD. Salientou que foi alertada por alguns docentes sobre a publicação no DOU de 25 de fevereiro, quando foi designado um servidor como coordenador *pro tempore* para o curso de Libras ligado a Coordenação do EaD. No dia 26 foi feita uma retificação na portaria que coloca esse curso junto ao Campus Jaguarão. A conselheira solicitou esclarecimentos sobre o assunto, pois os registros mostram que foram criados em 2015 só os Cursos de Medicina e de Direito. Também apontou discrepâncias com relação a lista dos cursos por campus, inclusive em relação ao número de vagas. Disse que o número de vagas ofertadas pelo SiSU não é o mesmo ofertado pela Universidade. Sobre as metas do EaD disse que há 620 componentes curriculares que fazem uso da EaD. Discute esse número e gostaria de saber a origem da informação. Também questionou se todas as informações que constam no Relatório podem sofrer auditoria e comprovação sem qualquer problema. Salientou que se fizerem uma média dí 36,5 componentes curriculares por curso, muito acima dos 20% da carga horária que a legislação permite, portanto acredita que os números não estão corretos e precisam ser revistos. Disse que o planejamento versus desempenho não possui metas e não tem resultados. Pode haver resultado sem meta, com meta, todas as combinações possíveis,

por isso, deveria ter tido um resultado. Disse que é preciso reverter principalmente as questões da Auditoria que não foram atendidas pelo Relatório. Solicitou a correção do termo “mesorregião da metade sul” para “mesorregiões do Sudeste e Sudoeste Rio-Grandense”, e alertou para o fato das informações necessitarem precisão caso haja auditoria do TCU e que muitas vezes se coloca uma resposta recebida por telefone, sem comprovação. O conselheiro Jefferson Marçal se disse na mesma linha da conselheira Ana Paula e que não podem pensar que estão no Conselho fazendo política, não podem superficializar as decisões. O conselheiro mencionou alguns pontos do Relatório, mostrou-se preocupado principalmente com o número de formandos e de abandonos e que é preciso refletir sobre os resultados apresentados. Disse que há urgência em aplicar ações que combatam a evasão e o abandono. A conselheira Maristela Sawitzki explicou que os dados expressos pela PROGRAD no Relatório de Gestão foram trabalhados em cima do Relatório anterior. De acordo com a conselheira, um dos fatos que chamou a atenção foi o número de alunos matriculados. Segundo ela, era necessário que tivessem tido uma perspectiva de planejamento, determinar o objetivo, quantificar metas e no final verificar se a meta foi atingida. Afirmou que a PROGRAD já está trabalhando para que essas informações tenham total confiabilidade. O Vice-Presidente salientou que desde que assumiram a Gestão toda a equipe trabalha incansavelmente no Relatório de Gestão, onde encontraram algumas inconsistências que foram sendo corrigidas. Reforçou que já estão com uma rotina de trabalho de coleta junto às Pró-reitorias para que possam sinalizar o início do Relatório com mais antecedência e, quando chegarem às orientações se façam pequenas adaptações, inclusive para que chegue mais cedo aos conselheiros para debate profundo e se possa melhorar a estrutura e nos enxergarmos como Universidade, já que é um processo de crescimento da Instituição. Disse que sempre terão algo a melhorar, situações que sofrerão adaptações no processo de melhoria e mapeamento dos setores da Universidade. Sobre o curso de Letras, o Vice-Presidente informou que foi extinto em 2016, e que estão falando de ingresso no Relatório de 2015. Disse que é preciso ser corretos com a Gestão anterior, que tomou a decisão de extinguir o curso em 2016, portanto, deve constar no Relatório. Sobre o curso de Libras, informou que está tramitando no Campus Jaguarão justamente pela extinção do curso de Letras, para que o Campus continue com o mesmo quantitativo de ingresso. Essa demanda da Gestão continuou o Vice-Presidente, é para 2016/2 e que partem do pressuposto que todos os *campi* já tenham o curso e o intérprete, de modo a não interferir negativamente em nenhuma Unidade. Explicou que a tramitação está sendo feita dentro do próprio Campus e que a Direção entendeu que uma FG, mesmo pequena, fosse dada ao coordenador *pro tempore* para que pudesse terminar o curso para, dentro das prerrogativas de prazos, ser ofertado em 2016/2 ou em outro tempo que pudesse ser o mais rápido possível. Dessa maneira o Campus não será prejudicado e reforçou que não é uma criação de vagas, mas uma transposição dessa extinção. Informou que o professor indicado para Coordenador já sinalizou que está indo embora da Instituição e será dispensado da FG e somente futuramente será nomeado outro coordenador, caso o Campus e as instâncias deliberativas assim o resolvam. Sobre o Curso de Medicina disse que as vagas eram para 2016, não houve aumento em 2015, mas acontecerá em 2016 e deverá constar no Relatório 2016. Pediu ao servidor Rafael Sais que faça os esclarecimentos sobre a EaD. Sobre a correção do termo “mesorregião sul” o administrador Rafael Sais explicou que há vários documentos com essa informação, mas que não vê impedimento para efetuar a alteração se o Conselho assim desejar. Acerca dos indicadores de metas disse que serão revistos, mas acredita ser somente com relação às siglas que estão no início do documento e concorda com a praticidade da nota de rodapé. Com relação ao planejamento da Universidade, explicou que se referem às

iniciativas do PDI e com a mudança de Gestão. Disse que muitas áreas tiveram dificuldades em conseguir as informações e que no próprio PDI existem metas que ainda não foram alcançadas. Ressaltou que o processo do Relatório apresentou características singulares, uma vez que após as anotações da AUDIN uma nova versão completa foi apensada ao processo para então ser encaminhado ao CONCUR. Disse que é provável que tivessem feito a leitura da versão anterior. Por fim, explicou que os quadros atendem orientações específicas do TCU por isso tornam a leitura, demasiadamente, tão técnica. A conselheira Ana Paula disse que uma das perguntas anteriores foi justamente nesse sentido, das informações poderem ser auditadas com segurança. Sobre o fato do Curso de Libras a conselheira disse que consta como criado, entretanto só está em processo de tramitação. Salientou que há vários cursos com todo o processo pronto aguardando para serem apreciados aqui no Conselho, entretanto não há recursos de pessoal e de estrutura para que sejam aprovados. Disse que lhe causou estranheza o fato de alguém ter sido nomeado coordenador de um curso inexistente. A conselheira explicou que somente após a aprovação no CONSUNI é nomeado um coordenador *pro tempore* e que a CD, FG ou FCC não é um prêmio, mas a contrapartida pela responsabilidade que se tem como correspondente legal pelas decisões tomadas. Salientou que coordenadores de curso têm atividades administrativas que envolvem participações nas comissões locais de ensino, conselho de campus, atendimento aos alunos, por esse motivo recebem FCC e não FG3 e que é muito grave uma pessoa receber por um trabalho que não fará. O conselheiro Paulo Fernando Marques Filho disse que ler o Relatório de Gestão para obter a informação e discutir é uma tarefa difícil e sugeriu que cada Pró-reitoria elabore o seu Relatório de Gestão, facilitando, com isso, a Gestão das Unidades. Como encaminhamento sugere que se aprove o documento desde que levantadas as questões apontadas pelo CONCUR. Disse que os conselheiros estão aqui para propor e ousar, mas respeitando o histórico e fluxos já estabelecidos neste Conselho. O Presidente agradeceu as sugestões para a melhoria do Relatório de Gestão e disse que a PROPLAN e PROGRAD avaliarão todos os apontamentos feitos. Parabenizou todas as pessoas das Pró-reitorias e dos *campi* que estiveram envolvidas nesse trabalho, ao CONCUR e à AUDIN pelos apontamentos e sugestões de melhoria. Disse que ainda há muita coisa a ser aperfeiçoada e que trabalharão nesse sentido. A conselheira Ana Paula solicitou encaminhamento do Relatório seguindo a orientação do CONCUR de apuração de responsabilidade quando for devida.

**Resultado:** Aprovado por UNANIMIDADE o Relatório de Gestão 2015. No momento da votação registrou-se a ausência da conselheira Milena Skolaude Carvalho.

### 3. Assunto: Recomposição das Comissões

**3.1 Permanentes:** Comissão de Relações Universidade-Sociedade: disponibilizaram-se os conselheiros Milena Skolaude Carvalho, Nádia Fátima dos Santos Bucco e Sérgio Ivan dos Santos; Comissão de Regimentos e Normas: disponibilizaram-se os conselheiros Ana Cristina da Silva Rodrigues, Ana Paula Lüdtke Ferreira e César Augustus Techemayer; Comissão de Planejamento e Orçamento: disponibilizaram-se os conselheiros Daiana Silva de Ávila, Jefferson Marçal da Rocha e Luís Hamilton Tarragô Pereira Júnior.

**3.2 Especiais:** Comissão Eleitoral Geral: disponibilizaram-se os conselheiros Evelton Machado Ferreira, Fernando Zocche e Lúcia Irala Leitão como titulares, e Fernando Junges, Vicente Guilherme Lopes e um discente, como suplentes; Comissão Especial de Alteração do Estatuto e do Regimento Geral: disponibilizaram-se os conselheiros Alessandro Gonçalves Girardi, Ana Paula Lüdtke Ferreira, Denis Jeferson Pereira Cobas, Thiago Eliandro de Oliveira Gomes e um discente; Comissão de Regimento da Reitoria: disponibilizaram-se os conselheiros Milena Skolaude Carvalho, Luis Hamilton Tarragô

Pereira Júnior, Maurício Aires Vieira, Nádia Fátima dos Santos Bucco, Ricardo Howes Carpes e um discente; Comissão de Programas Estudantis: disponibilizaram-se os conselheiros Adriana Gindri Salbego, Jonatan Jean Silveira da Silva, Sandro Burgos Casado Teixeira e cinco discentes; Comissão de Reestruturação das Normas de Concursos Docentes: disponibilizaram-se os conselheiros: César Augustus Techemayer, Débora Nayar Hoff, Edson Romário Monteiro Paniágua, Maurício Aires Vieira, Nara Rejane Zamberlan dos Santos, Osmar Manoel Nunes e um discente; Comissão Especial para Implantação da Rádio UNIPAMPA: disponibilizaram-se os conselheiros Jonatan Jean Silveira da Silva, Nádia Fátima dos Santos Bucco, Ronaldo Bernardino Colvero e um discente; Comissão de Avaliação dos setores da Universidade para fins de Indicação da Viabilidade de Implantação da Jornada Flexibilizada: disponibilizaram-se os conselheiros Denis Jeferson Pereira Cobas, Jonatan Jean Silveira da Silva, Lúcia Irala Leitão, Milena Skolaude Carvalho, Marcus Vinicius Morini Querol, Ronaldo Bernardino Colvero, Thiago Eliandro de Oliveira Gomes e um discente; Comissão Especial para Novas Normas Eleitorais: disponibilizaram-se os conselheiros Edson Romário Monteiro Paniágua, Evelton Machado Ferreira, Lúcia Irala Leitão e um discente; Comissão Especial para Análise de Concessão de Títulos de Dignidade: disponibilizaram-se os conselheiros Adriana Gindri Salbego, Denis Jeferson Pereira Cobas, Nara Rejane Zamberlan dos Santos, Marcus Vinicius Morini Querol e um discente.

**Resultado:** A nova composição das Comissões Permanentes e Especiais foi aprovada por UNANIMIDADE. Registra-se a ausência no momento da votação do conselheiro Thiago Eliandro Gomes.

#### **4. Assunto: Inclusões e Exclusões de Pauta**

**4.1** O Presidente, Professor Marco Hansen, comunicou que consta como inclusão de pauta, o organograma da UNIPAMPA, a apreciação do Calendário do CONSUNI 2016, aprovação da Resolução 138, aprovada *ad referendum* do Conselho Universitário, relato econômico-financeiro, relato sobre a situação das obras e esclarecimentos sobre a Resolução 29 (Normas de Graduação).

**4.2** A conselheira Ana Paula Lüdtke solicitou a exclusão da apreciação do Calendário de Reuniões do CONSUNI 2016 e da aprovação da Resolução 138 assinada *ad referendum* do Conselho Universitário, por não ter sido cumprido o prazo mínimo de cinco dias úteis de antecedência de envio dos processos para apreciação dos conselheiros. Sobre a Resolução 128 o Presidente explicou que foi aprovada *ad referendum* por ser uma adequação ao Estatuto da Universidade, alterado pela Resolução 133/2016. Disse que foi feita uma consulta à CONJUR cujo encaminhamento sugerido foi esse.

**4.3** A conselheira Daniela Benetti comunicou que na última reunião ficou acordado um mapeamento do quantitativo de vagas docentes, inclusive das vagas ociosas para que se redistribuísse, uma vez que o cenário brasileiro está bem complicado no que diz respeito a novas vagas. Disse que se isto não havia sido providenciado para esta reunião e que deveriam pensar na possibilidade de uma reunião extraordinária para tratar do tema.

**4.4** A conselheira Ana Cristina solicitou a inclusão de uma moção do Campus Jaguarão nos assuntos gerais.

**4.5** A conselheira Maristela Cortez comunicou que fará informe em assuntos gerais sobre a apresentação da Avaliação Institucional relativa ao recredenciamento institucional.

**4.6** O conselheiro Luís Hamilton Tarragô solicitou que a questão das obras e a situação econômico-financeira fossem colocadas em assuntos gerais. O Presidente Marco Hansen informou que devido a solicitação da conselheira Ana Paula Lüdtke não serão incluídos na pauta o Calendário das Reuniões do CONSUNI e a aprovação da

Resolução 138, assinada *ad referendum* do Conselho. A conselheira Daniela Benetti retirou sua solicitação de inclusão para esta reunião, reiterando a necessidade de divulgação deste mapeamento de vagas docentes e o debate para a próxima reunião. O Vice-Presidente explicou que os demais assuntos serão tratados em assuntos gerais.

## 5. Assunto Gerais

5.1 A conselheira Ana Cristina Rodrigues leu uma moção do Campus Jaguarão na qual solicitam um posicionamento de forma incisiva da Universidade contra os cortes orçamentários na Educação. O texto da moção passa a fazer parte desta Ata.

A reunião foi suspensa para almoço às 12h20 e reiniciada às 13h45.

5.2 O Presidente do Conselho, Prof. Marco Hansen falou sobre o organograma da Instituição, que havia um apontamento da CGU sobre a falta deste. Disse que só falta a divulgação do organograma no boletim de serviço e que será apresentado para a comunidade.

5.3 O conselheiro Luís Hamilton Tarragô mostrou um panorama do orçamento da Instituição para 2016. A apresentação utilizada pelo conselheiro é parte integrante desta Ata.

5.4 O Pró-reitor Adjunto de Planejamento, Desenvolvimento e Avaliação, José Waldomiro Rojas, convidado para essa apresentação, fez um relato sobre a situação das obras da UNIPAMPA, cuja apresentação passa a integrar esta Ata.

5.5 O Pró-reitor de Planejamento comunicou que fez solicitação às Unidades para que encaminhem à PROPLAN memorandos a fim de que possam refazer os contratos com as empresas fornecedoras de energia. O conselheiro Evelton Machado informou que a PROAD tem trabalhado arduamente para resolver os problemas financeiros da Instituição. O conselheiro Paulo Fernando Marques Filho comentou que já tiveram uma reunião com a PROAD e PROPLAN, quando foram informados da situação orçamentária da Universidade. Disse que nessa reunião lhes foi solicitado que elaborassem um documento com as prioridades da cada Unidade. Salientou que reconhecem que a UNIPAMPA é única, entretanto, praticamente, com estrutura de dez universidades. Enfatizou que todos os Diretores elencaram suas necessidades e que, o rol de um somente, consegue anular todos os outros, o que os deixou bastante preocupados. Disse ainda, que é necessário estabelecerem metas. Citou também a preocupação colocada por alguns Diretores sobre a falta de salas de aulas. O conselheiro fez a proposição que ao término desta reunião, os dirigentes permaneçam, a fim de estabelecerem propostas concretas. Falou da importância de manterem a visão do todo, para que todas as Unidades possam ser atendidas nas suas necessidades prementes. O Presidente concedeu a palavra ao Pró-reitor Adjunto, Prof. Waldomiro Rojas, que também é o gestor de contratos das obras da Universidade, que disse haver no orçamento R\$ 32.000.000,00, porém, hoje esse valor é inexistente. Explicou que essa situação é afeta a todas as universidades do país. A conselheira Ana Paula Ferreira disse que vê a questão financeira muito ligada à acadêmica. Explicou que em 2015 as secretarias acadêmicas estavam paralisadas e não conseguiram iniciar o semestre. Com isso perceberam que havia uma enorme concentração de aulas nas terças, quartas e quintas-feiras e pouquíssimas aulas nas segundas e sextas-feiras. Dessa forma, disse a conselheira, nunca haverá um número satisfatório de salas de aula se não ocuparem uniformemente todos os dias da semana, lembrando sempre que a distribuição deve considerar que a semana tem seis dias letivos, pois o sábado é considerado dia letivo. Lembrou que em 2015 foi criada uma comissão para analisar todos os contratos e encontrarem oportunidades de economia de custeio e

que, ao final do trabalho, entregaram um relatório mostrando todas essas oportunidades de economias significativas. Disse que o conselheiro Alessandro Girardi fez parte dessa comissão e que talvez pudesse esclarecer sobre os resultados. A conselheira foi enfática ao afirmar que não é cortando a atividade-fim que a Universidade vai cumprir o seu papel social e sugeriu retomarem o trabalho dessa comissão e com isso terem algumas ideias sobre o assunto. O conselheiro Alessandro Girardi confirmou a criação da “Comissão de Economicidade”, mas que não chegaram a aplicar os estudos realizados. O Prof. Leonardo Pinho, que também participou da Comissão e assistia à reunião subsidiou o conselheiro Alessandro Girardi de que o relatório final foi enviado à atual Gestão. O conselheiro disse que hoje o cenário é muito mais preocupante que à época da realização do estudo. O Vice-Presidente solicitou ao Prof. Leonardo que reencaminhasse o trabalho daquela Comissão. O conselheiro Sérgio Ivan dos Santos se disse com esperanças na conscientização de todos com a mudança de cenário e salientou que este Conselho deve ajudar a encontrar soluções para esta crise que atinge sobremaneira a atividade-fim da UNIPAMPA, que é a educação. A conselheira Daniela Benetti mostrou-se preocupada com a possibilidade de paralisação das obras. Lembrou que são sessenta e três universidades federais, mas nenhuma nas condições da UNIPAMPA, com dez *campi* e com obras em todos eles. Disse que quando se aprova um projeto de expansão o MEC sinaliza dando condições a essa expansão. Portanto, o Ministério é responsável pelos subsídios dessas obras. A conselheira lembrou o princípio básico da administração pública que é a eficiência e não se pode admitir uma obra começada e que é parada por ineficiência do Ministério. Por isso, é necessário fazer um movimento dos sessenta e três reitores, caso contrário as universidades fecharão as portas. Obra iniciada tem que ser obra acabada, enfatizou. Disse que o Relatório de Gestão aprovado possui o detalhamento de execução de cada obra. Exemplificou com o Campus Santana do Livramento que até a elaboração do Relatório estava com 48,16% das obras executadas em atraso. Salientou que essa informação vai para o TCU que questionará a Universidade e por essa razão, o Ministério é subsidiário de responsabilidade. A argumentação da conselheira Daniela foi de que se não vier o repasse as obras serão interrompidas, não pela falta de pagamento da UNIPAMPA, mas porque o MEC que é o mantenedor de todas as universidades federais de ensino, não cumpriu com o acordo. O conselheiro Marcus Querol disse que também está preocupado com a questão orçamentária. Entretanto, que esse cenário mostra a necessidade de se buscar alternativas. Parabenizou o Pró-reitor de Planejamento pela clareza na exposição dos números, demonstrando a transparência desta Gestão. Salientou o conselheiro Querol, a importância de pensarem no coletivo, na Universidade como uma única Instituição. O conselheiro comentou que foi convidado pelos Gestores para estar à frente da agência de inovação, que também tem como função a captação de recursos externos. Disse também, que independente de partido político, buscarão pessoas sensibilizadas com o cenário rio-grandense, principalmente com a UNIPAMPA. O Vice-Presidente explicou que, se no 31º dia de falta de pagamento de uma nota, a Universidade é considerada inadimplente, que isso está na lei e o máximo que, por força de lei, é mantido o contrato no canteiro de obras, até 90 dias. Salientou que esse prazo já extrapolou, pois os atrasos acontecem desde o último período e que a atual situação é muito delicada, embora estejam dialogando com todas as empresas. Muitas dessas empresas continuou o Vice-Presidente, ainda não abandonaram as obras por entenderem o projeto UNIPAMPA, a importância da Universidade para a região. Disse que já comunicaram ao MEC que muitas empresas já estão com o prazo contratual vencido, as solicitações orçamentárias também já foram encaminhadas e ainda não obtivemos o repasse financeiro. Por isso, este é o momento de avançar, compartilhar e decidir estratégias. Há previsão de repasses, entretanto quando estes acontecem, são

sempre menores e não cobrem todas as despesas. Disse que o atual cenário é para reflexão, há empresas que não recebem há seis meses, e essas empresas têm funcionários que também precisam receber, e mesmo assim, continuam nos canteiros das obras. Muitos diretores mantém contato com essas empresas e, infelizmente a situação não avança porque o Ministério não faz o repasse financeiro. Continuando, o Prof. Maurício Vieira disse que a Universidade não pode perder a credibilidade, pois no momento em que uma obra é abandonada, provavelmente aconteça um processo judicial, e isso dificulta a retomada dessa obra no menor espaço de tempo. Por tudo isso as estratégias são desafiadoras e foi repassado aos diretores que as decisões serão sempre compartilhadas. Esclareceu que o tensionamento vem sendo realizado via ANDIFES, e que continuam sempre enviando documentação ao MEC como reforços a essas solicitações. O Presidente reforçou a preocupação de todos os Reitores das universidades federais e que em todas as reuniões da ANDIFES encaminham as reivindicações ao Ministério. Comunicou que está participando de Comissão do Plano de Desenvolvimento das Novas Universidades (PDNU), onde trabalham para receber um tratamento diferenciado para atender as peculiaridades. Essa Comissão é presidida pelo Reitor da Federal do ABC. Salientou que essa Universidade é a nº 1 do país no quesito publicações, em produtividade científica e tecnológica. Tudo isso em razão de todos os docentes possuírem grau de doutor, exigido em concurso. Disse que dentro das 10 novas universidades existem instituições em condições realmente muito precárias, e que é necessário que se olhe nossos pares. Comunicou a sua agenda em Brasília, no Conselho Nacional de Educação quando reforçará as solicitações com entregas de ofícios, inclusive ao Ministério dos Esportes. Salientou que será feita uma ação pluripartidária em prol de uma política universitária. A questão da ocupação versus dias letivos, colocada pela conselheira Ana Paula é importante que seja feita a adequação, pois há *campi* que não possuem atividades nas segundas, sextas ou em ambos os dias, assim como também há Unidades com aulas nos três turnos e, inclusive, aos sábados e em breve faltará salas de aulas. Disse que esse mapeamento precisa ser realizado.

**5.6** Sobre os questionamentos relacionados à Resolução 29/2011, que trata das Normas Básicas de Graduação, Controle e Registro das Atividades Acadêmicas, a Pró-reitora Adjunta, professora Maristela Sawitzki, disse que a elaboração dessa proposta foi bem trabalhada pela equipe anterior e que teve contribuições das coordenações, comissões locais de ensino e da Comissão Superior de Ensino que gerou um significativo documento construído pela comunidade acadêmica. Disse que a possibilidade de uma reflexão sobre a proposta decorre de uma perspectiva de trabalhar o processo de avaliação junto à PROGRAD, considerando algumas vivências e experiências no processo de avaliação institucional, mas se a comunidade entender que a proposta de norma deve ser preservada conforme foi elaborada, não há motivos para alterá-la, sendo este o posicionamento da atual Gestão. Salientou que a PROGRAD entende que é preciso trabalhar cada vez mais a questão do planejamento e desenvolvimento da graduação, projetar uma perspectiva didático-pedagógica para os cursos de graduação e de suficiência de recursos humanos junto ao processo de avaliação. Planejar e acontecer o desenvolvimento da graduação, formação e qualificação continuada de docentes e técnicos, acompanhamento de estágios de discentes. Salientou que é todo um envolvimento em termos de formação e avaliação. Disse que também há a questão da infraestrutura e orçamento, porque são os principais itens a refletir e afetar a avaliação dos cursos e que têm reflexos nas tomadas de decisões aqui neste Conselho sobre que posicionamento adotar em relação ao destino da dotação orçamentária. Disse que uma questão que se ficou realçada foi a de normativa, registro e documentação acadêmica. Comentou que foram questionados como a Universidade faz EaD e como entendem no

contexto da graduação, como são regulados os 20% de oferta na modalidade EaD. Salientou que a Gestão quer a excelência acadêmica, nota máxima e que é para isso que a PROGRAD fundamenta o seu trabalho. A Pró-reitora aconselhou aos membros deste Conselho que estudem a Portaria 300 do MEC, bem como o seu anexo, por ser um extrato do instrumento de avaliação para o credenciamento e recredenciamento. Por isso, no entendimento da professora Maristela, é necessária responsabilidade na aprovação de projetos, normas, da vida acadêmica e em relação ao que está previsto no PDI. Explicou que as normas acadêmicas disciplinam a política de atuação e concepção de universidade e de trabalho acadêmico. A conselheira também comentou que se os dados institucionais do censo não forem atendidos a Universidade terá problemas orçamentários e solicitou aos Diretores que repassem isso nas Unidades. Sobre o cronograma das Normas de Graduação, a conselheira expôs que a PROGRAD propõe a preparação da primeira versão da Pró-reitoria a ser enviada aos *campi* até abril e, conforme solicitado aqui neste Pleno, com as sugestões, respectivas justificativas e orientações às Unidades, em relação as demandas da legislação e da própria situação em relação aos requisitos de avaliação. A sugestão da Pró-reitoria é que as Comissões Locais realizem uma assembleia para analisar a proposta, logo após retornando à PROGRAD para sistematizar a versão crítica e, posteriormente fará o encaminhamento à Comissão Superior de Ensino, que mesmo não sendo órgão deliberativo, auxilia na formulação da proposta. O Presidente ressaltou e agradeceu o esforço de todos os envolvidos na avaliação institucional. A conselheira Débora Hoff solicitou esclarecimentos sobre a reavaliação da proposta das normas acadêmicas. Disse a conselheira que, se houve a participação da comunidade acadêmica e da representação discente, não entendia a necessidade de retrocederem no processo. O Presidente explicou que a proposta foi submetida ao Pleno na reunião anterior quando teve parecer desfavorável. Também disse que muitos conselheiros sugeriram o desmembramento em várias pequenas normas. A conselheira Débora disse que seria uma discussão técnica e não prescindiria uma discussão a respeito da regra, portanto pode-se aprovar e sinalizar o que querem em separado. A conselheira reforçou a necessidade de entender a razão de se voltar a discutir o que já foi construído no espaço acadêmico. O Vice-Presidente esclareceu que quando esta proposta chegou ao Pleno os próprios conselheiros solicitaram que a proposta fosse reanalisada e que somente estão atendendo a uma deliberação feita em reunião anterior, inclusive com a elaboração de um cronograma para que não houvesse mais atraso no debate da norma, com muitos aconselhamentos, inclusive com a divulgação do organograma, com a melhoria da nova estrutura, então muitos fluxos dentro da proposta poderão ser reformulados. Disse que o Conselho entendeu que o retorno aos *campi* era necessário e por isso o assunto veio para esclarecimentos. A conselheira Ana Paula disse que agora há outro Pleno questionando de forma pertinente. Quanto à reestruturação, a conselheira disse que não acontecerá dentro do cronograma apresentado, portanto, o problema se manterá. Salientou que não gostaria de se envolver nesse assunto uma vez que a proposta de norma foi construída essencialmente junto à Comissão Superior de Ensino, de quem, pelo Regimento Geral, é de responsabilidade a proposição de normas acadêmicas. Enfatizou que todos os processos foram absolutamente corretos, com consultas aos *campi*, com a participação dos discentes, dos técnicos, dos docentes e com ativa participação das coordenações acadêmicas. Disse que essa norma é uma solicitação antiga das secretarias acadêmicas, pelos coordenadores de curso, coordenadores acadêmicos e, inclusive, pelos discentes. Salientou que é uma normativa onde são explicitados alguns deveres que não existiam em nenhuma outra norma e que pode ser modificada a qualquer momento, principalmente quando se percebem alguns artigos, alguns fluxos que não estão funcionando. Disse que

talvez a norma seja exagerada, pois muitas das coisas que ali constam, são fluxos de procedimentos, mas que se não estão normatizados as pessoas não entendem que precisam seguir a determinação. Explicou que muitas das coisas constantes na proposta foram questionamentos dos últimos três anos que foram recebidos na PROGRAD, de maneira consistente. Ilustrou mencionando que foi recebido na PROGRAD memorando questionando qual era a lei que dizia que o professor tem que atender os seus alunos. Por isso deve constar na norma que o professor tem que fazer plano de ensino, que o professor tem que colocar horário de atendimento, já que constar no Calendário Acadêmico aprovado por este Conselho não é suficiente. A conselheira disse que esse é um dos motivos: “escrever o artigo de tal Resolução, que diz que isso deve ser realizado”, por isso considera que o bom está, no mínimo, ótimo. A conselheira Ana Paula disse que participou de todo o processo, que a norma foi escrita na PROGRAD, mas não pela PROGRAD, que a proposta traz muitas coisas das quais ela discorda, mas que foi uma decisão de consenso, então cabe aceitar as regras. Disse que o novo envio aos *campi* trará todo o debate novamente e terão muitas contribuições, contribuições essas que serão, inclusive, contraditórias. Por toda a exposição, a conselheira Ana Paula, assim como a conselheira Débora, solicitou uma justificativa para que tudo isso seja refeito. Salientou que esta proposta está muito melhor estruturada que a Resolução 29 e, que não há impeditivos para futuras alterações, inclusive que cada título seja transformado em uma resolução diferente. Lembrou que ter o acesso em um único documento, foi desde o início uma escolha da Instituição. Então, disse a conselheira, isso é uma questão de forma, não de conteúdo, salientando que se entenderem a necessidade de nova análise de um documento que já passou por todas as etapas e que, embora não seja perfeito é aceitável, a responsabilidade e a pressa são da Instituição. Finalizando, a conselheira Ana Paula informou que a Portaria MEC nº 300 foi revogada pela Portaria 1264/2008. A conselheira Maristela explicou que a Portaria 300 só traz um extrato, é só um indicador. O conselheiro Sérgio Ivan disse que há dois encaminhamentos a serem propostos: um seria desfazer a decisão tomada na reunião anterior, no que ele não vê problemas, ou então, aceita a decisão anterior de rediscutir a norma. Pelo entendimento do conselheiro esse é o ponto divergente. O Presidente esclareceu que não é uma desconstrução do trabalho já realizado, que foi elogiável, mas que os conselheiros votaram por não aprovar a norma e decidiram pelo retorno às Unidades, pois entenderam que ainda há contribuições a serem feitas. A conselheira Ana Paula disse que os conselheiros haviam reprovado o relato da comissão, não a norma em si. Lembrou que ao retornar a norma deverá passar novamente pela apreciação da CSEnsino e não acredita que até junho já esteja pronta para ser apreciada por este Conselho. Disse também que essa proposta só não foi votada por conta da CRN, uma vez que foi encaminhada em maio do ano passado e só em novembro o relato ficou pronto. A conselheira Daniela Benetti lembrou que foi a única, na reunião passada, a votar pela aprovação da norma, mesmo com toda a extensão do documento, pois nada impediria que seus artigos fossem alterados posteriormente. Salientou que após tratarem de redução de gastos, de economicidade, falar em refazer esse documento que gastou mais de dois anos de viagens para colherem informações é retrabalho e fica muito difícil entender a não aprovação de uma norma que foi tão discutida. A conselheira se disse preocupada com quem irá refazer essa consulta, pois irá dispender um custo que a Universidade não tem para cobrir. Disse ainda, que para ela isso é inconcebível uma vez que se teve em todas as instâncias, a representação das três categorias e questionou quem irá recolher e compilar as sugestões. Disse que ficarão sem a norma por mais dois anos, pois o cronograma apresentado não dará conta do prazo. Na sequência a conselheira Ana Cristina Rodrigues disse que na reunião anterior, ainda como representante da Comissão Superior de Ensino, colocou questões muito

semelhantes às que a conselheira Ana Paula apresentou, e também, por várias vezes foi muito crítica sobre o retorno aos *campi*, mesmo conhecendo as limitações da resolução, os impasses de situações, tanto que tiveram que recorrer voto a voto dentro da CSEnsino, por isso manifesta essa crítica já feita na reunião passada, mas que o fato é que o parecer não foi aprovado. Disse que, por mais que discorde, o momento é de reiniciar o processo, lembrando que o debate foi bem polêmico, inclusive com a pretensão de pedido de vistas ao processo por um conselheiro que tinha, naquele momento, 47 apontamentos sobre a norma. Falou também que o parecer não foi aprovado e precisam recomeçar o trabalho. A conselheira Ana Paula disse que parecer não aprovado não é matéria não aprovada. Parecer não aprovado significa que a matéria será rediscutida do zero. A conselheira Ana Cristina disse que esse foi o encaminhamento do CONSUNI, e que é o ônus do processo democrático, recomeçar do zero. O conselheiro Fernando Zocche disse que tinha dois apontamentos, um deles já contemplado pela conselheira Ana Cristina. O outro é relacionado aos números apresentados pela conselheira Maristela, que sinalizou as taxas de ocupação, retenção, evasão e abandono que foram comunicadas aos Diretores, pedindo providências em nível de campus em relação a esses dados que impactam no orçamento da Universidade. Em um caminho bem natural, num fluxo descendente de Reitoria, gestão, curso, propôs o conselheiro, dentro de um contexto participativo que a Gestão está construindo, que sejam sinalizados pela Pró-reitoria para o melhoramento desses índices. Salientou que é um processo de construção conjunta na busca de soluções e lembrou que uma das situações era a formação docente, pois permite ao professor se reinventar e contribuir, melhorar ainda mais o seu componente, incentivando, inclusive a permanência do aluno naquela aula. Lembrou que a UNIPAMPA veio para um cenário e uma posição geográfica bastante desfavorecida historicamente em relação à educação superior e que hoje essa região está completamente mudada. Disse que no CONSUNI passado foi apresentado pela PROGRAD, a ocupação das vagas pelo SiSU, quando foi mostrado que a quase totalidade foram preenchidas, porém nem todos os alunos permanecem diante das dificuldades encontradas. Falou do Curso de Enologia, colocando que ninguém cresce pensando em ser enólogo, que as pessoas crescem pensando em serem médicos, advogados, engenheiros etc e isso repercute nas taxas de permanência. O conselheiro fez questão de fazer esse registro para que as construções sejam em todos os níveis e não passando o encadeamento de responsabilidade, estourando na ponta dos cursos. Na sequência, o conselheiro Paulo Fernando Marques Filho salientou que as demandas das coordenações acadêmicas, dos coordenadores de curso e da própria PROGRAD não permitem desperdiçar o trabalho já realizado. Como sugestão enxugar o cronograma apresentado para que se tenha esse dispositivo à disposição. O Presidente agradeceu as considerações e salientou que não será um retrabalho, as normas serão trabalhadas com a PROGRAD e CSEnsino, quando serão vistas as sugestões e pertinências dentro de um cronograma estipulado.

**5.7** Sobre a avaliação institucional para o recredenciamento, a conselheira Maristela disse que foram avaliados os *campi* Alegrete, Bagé e Uruguaiana. Disse que nos cinco eixos de avaliação expressos, a questão de planejamento e avaliação institucional o Campus Alegrete ficou com a pontuação 4,2 enquanto Uruguaiana recebeu 2,6. Esse resultado, segundo a conselheira, remete a uma reflexão de como estamos enquanto Instituição. Considera que deveria acontecer uma ressonância em termos de proposta de planejamento, exequibilidade e acompanhamento dos pressupostos elaborados enquanto gestores. Salientou que a previsão de planejamento se estabelece numa perspectiva que passa as questões que são avaliadas por este Conselho sejam exequíveis na última instância que é o campus. Com relação ao desenvolvimento institucional, políticas

acadêmicas e de gestão e infraestrutura que em alguns aspectos estão sendo insuficientes disse que ficarão disponíveis em um relatório que será disponibilizado a todos para que reflitam em como suprir essas insuficiências e ainda considerarem agora, uma insuficiência financeira. Salientou também o envolvimento de toda a Gestão, dos *campi* e da comunidade acadêmica que prestaram todas as informações para comprovar dados e que, se hoje não se tem uma avaliação realmente com o ensino satisfatório que se quer, que é o conceito 5, cabe, portanto, um planejamento maior, melhor e contínuo para se atingir a excelência fixa da avaliação 5.

**5.8** Em razão da alteração no Estatuto da Universidade o Presidente explicou que a mudança no calendário de reuniões do CONSUNI estabelece para o dia 30 de junho a próxima reunião ordinária, mas que isso não impede que se faça uma reunião extraordinária nesse ínterim a fim de priorizar ações que sejam necessárias e que, se as normas ficarem prontas em um mês o Conselho se reunirá para avaliá-las. As outras reuniões serão no dia 29 de setembro e 15 de dezembro.

**5.9** Considerando a solicitação do discente Adrien Lucian para que os Diretores ajudem na questão do 7º EDIUNIPAMPA, que acontecerá em São Gabriel nos dias 21, 22 e 23 de abril, o Presidente passou a palavra ao conselheiro Valdir Stefenon. O conselheiro disse que recebeu o projeto enviado pelos alunos somente hoje pela manhã, mas que já havia feito contato com a servidora Rogéria, da PROGRAD. Disse que pela dificuldade financeira, transporte e escassez de tempo acha difícil organizar o evento em um mês. Salientou que no ano passado já haviam estabelecido que esse evento entraria no Calendário Acadêmico, o que não ocorreu. Sugeriu que na próxima reunião de dirigentes a questão seja debatida para possível realização do evento no segundo semestre. O Presidente disse considerar mais prudente que o evento seja incluído no Calendário de Eventos em razão das condições econômico-financeiras apresentadas. O Pró-reitor de Assuntos Estudantis, Sandro Burgos explicou que já fizeram contato com as lideranças estudantis que estão na comissão organizadora do evento e marcaram uma reunião justamente para colocar a proposição que o evento seja realizado em outubro, já que não há eventos previstos para o calendário deste ano. Convidou o conselheiro Valdir, Diretor do Campus São Gabriel, para participar da reunião com as lideranças.

Nada mais havendo a tratar, às 16 horas, foi encerrada a Reunião e redigida a presente Ata, assinada pelo Presidente do CONSUNI, Professor Marco Antonio Fontoura Hansen, e por mim, Sara Mascarenhas Tarasuk, Secretária Executiva do Conselho Universitário.

Marco Antonio Fontoura Hansen  
Presidente do CONSUNI

Sara Mascarenhas Tarasuk  
Secretária Executiva do CONSUNI